

**Capitalismo e desigualdade. Característica estrutural ou implicações diferentes de diversas concepções socioeconómicas?
Uma leitura historiográfica**

**Capitalism and inequality. Structural characteristics or different implications of different socioeconomic conceptions?
A historiographical approach**

João Paulo Avelãs Nunes
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) | FL, DHEEAA, SH
jpavelas@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0419-9179>

António Rafael Amaro
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) | FE
aamaro@fe.uc.pt
<https://orcid.org/000-0002-3843-6577>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/03/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 18/06/2025

Abstract

In this article, we aim, on the one hand, to describe and interpret the evolution of the ways in which the relationship between common sense and ideology, humanities, social sciences and science-based technologies also derived from them has been structured. On the other hand, we intend to observe the consequences arising from the application of each of the epistemological paradigms in question — modern, neomodern and postmodern — to the analysis of the problem of inequalities in societies organized based on the capitalist mode of production (local/regional, national, subcontinental and global scales).

We then attempt to propose a synthetic characterization, in a logic of present-day history, of the evolution of inequalities in capitalist economies (in developed, intermediately developed and underdeveloped

Resumo

Visamos com este artigo, por um lado, descrever e interpretar a evolução das formas como se tem estruturado o relacionamento entre senso comum e ideologia, humanidades, ciências sociais e tecnologias de base científica também delas derivadas. Pretendemos, por outro lado, observar as consequências decorrentes da aplicação de cada um dos paradigmas epistemológicos em causa — moderno, neo-moderno e pós-moderno — à análise da problemática das desigualdades nas sociedades organizadas a partir do modo de produção capitalista (escalas local/regional, nacional, subcontinental e global).

Tentamos, depois, propor uma caracterização sintética, numa lógica de história do tempo presente, da evolução das desigualdades, nas economias capitalistas (em países desenvolvidos, de desenvolvimento intermédio e sub-desenvolvidos), desde o fim da Guerra Fria.

countries) since the end of the Cold War. To this end, we adopt the perspective of the new historiography — neomodern and resulting from the fusion of critical idealism, critical Marxism and structuralist historiography — and outline comparisons with the 18th and 19th centuries, with the post-First World War and with the post-Second World War periods.

Keywords: Capitalist socioeconomic relations; Schools of economic and social thought; Socioeconomic policies; Forms of knowledge; Epistemological paradigms.

Adotamos, para o efeito, a perspetiva da nova historiografia — neo-moderna e decorrente da fusão entre idealismo crítico, marxismo crítico e historiografia estruturalista — e esboçamos comparações com os séculos XVIII e XIX, com o pós-Primeira Grande Guerra e com o pós-Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Relações socioeconómicas capitalistas; Correntes de pensamento económico e social; Políticas socioeconómicas; Formas de conhecimento; Paradigmas epistemológicos.

Introdução

Vivemos hoje, ao mesmo tempo, a afirmação e uma profunda crise – a mais grave desde 1939 e potencialmente a mais grave desde o início do século XVIII – da liberdade e dos direitos humanos, das democracias e do multilateralismo; dos ideais de atenuação das desigualdades e de combate a todas as formas de discriminação, de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável, de reconstituição dos equilíbrios ambientais e de poupança dos recursos naturais não renováveis, de regulação da inovação tecnológica e de governança cuidadosa da multiculturalidade. Enquanto historiadores, procuramos neste texto contribuir, por pouco que seja, para a caracterização e análise, contextualização e comparação da presente conjuntura, consolidada a partir da segunda metade da primeira década do terceiro milénio.

Pelo menos desde a segunda metade do século XIX, mas com particular intensidade nas décadas de 1920-1930 e no pós-Guerra Fria, tanto muita da produção em humanidades, em ciências sociais e nas tecnologias também delas derivadas, como muitos dos discursos político-ideológicos adotados tendem a considerar que a generalidade das sociedades humanas continuam a ser estrutural e essencialmente desiguais e discriminatórias. Advogam, ainda, que os regimes políticos acabam por ser liberais conservadores, demoliberalismos e democracias sequestrados por oligarquias ou, mesmo, ditaduras (contrarrevolucionárias, reacionárias e/ou revolucionárias); que os processos de integração subcontinental e as organizações internacionais multilaterais se limitam a relegitimar os poderes unilaterais e as rivalidades das grandes potências.

A presença, o predomínio e, por vezes mesmo, a hegemonia das citadas leituras da realidade são, no entanto, tanto mais difíceis de compreender quanto, por um lado, diversos especialistas em humanidades e em ciências sociais – filósofos e teólogos, historiadores e economistas, geógrafos e psicólogos, sociólogos e antropólogos, cientistas políticos e estudiosos das relações internacionais, etc. – apresentaram propostas de caracterização e análise diferentes e alternativas (acrescidamente objetivantes e complexificantes) sobre a evolução da economia-mundo capitalista. Quanto, por outro lado, os Estados-Providência, os processos de integração subcontinental e as organizações internacionais de âmbito global revelaram ser, no plano cívico, soluções mais eficazes e justas em termos de redução das desigualdades e das formas de discriminação, bem como de aprofundamento da democracia e do desenvolvimento, de promoção da

sustentabilidade ambiental e da gestão mais operatória de recursos naturais escassos e não renováveis¹.

Visamos, assim, neste artigo, de modo muito sintético embora, em primeiro lugar, descrever e interpretar a evolução do corelacionamento entre as humanidades, as ciências sociais e as tecnologias também delas derivadas, os discursos político-ideológicos e a problemática das desigualdades nas escalas nacional, subcontinental e global. Pretendemos, depois, caracterizar e analisar, numa perspetiva de história do tempo presente, a forma como, desde o fim da Guerra Fria, a configuração e o funcionamento de cada Estado-Nação, de cada estratégia de integração subcontinental e do sistema de relações internacionais têm contribuído para a redução e/ou para a ampliação dos fenómenos de desigualdade social global (socioeconómica, político-jurídica e sociocultural).

Pensamos que o debate acerca dos fundamentos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos das ciências sociais e das tecnologias também delas derivadas é muito importante quer para a ampliação do grau de objetivação e de operatividade do conhecimento produzido quer para o reforço da disponibilidade das sociedades para a receção crítica das referidas propostas de caracterização e de intervenção. Começamos, assim, por nos posicionar face à questão das características e dos condicionalismos, das potencialidades e das limitações dos paradigmas epistemológicos hoje disponíveis enquanto ferramentas de estruturação e de legitimação da *praxis* dos cientistas sociais e das comunidades envolventes².

¹ Cfr., nomeadamente, Nathalie Heinich, *Ce que le militantisme fait à la recherche*, Paris, Éditions Gallimard, 2021; Eric Hobsbawm, *Tempos interessantes. Uma vida no século XX*, Porto, Campo das Letras, 2005; Tony Judt, *O peso da responsabilidade*, Lisboa, Edições 70, 2018; Helen Pluckrose e James Lindsay, *Teorias cínicas*, Lisboa, Guerra & Paz, Editores, 2021; Mário Vargas Llosa, *O apelo da tribo*, Lisboa, Quetzal, 2018.

² Cfr., entre outros, António Manuel Hespanha, “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, 9 (1986), p. 65-84; Frederic Jameson, *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press, 1991; Adérito Sedas Nunes, “Questões preliminares sobre as ciências sociais”, *Análise Social*, 30/31 (1970), p. 201-298; João Paulo Avelãs Nunes, “Historiografia e tecnologias derivadas: relevância social, epistemologia e deontologia” in Irene Maria Vaquinhas e outros (coord.), *História, empresas, arqueologia industrial e museologia*, Coimbra, IUC, 2021, p. 343-366; Boaventura Sousa Santos (coord.), *Conhecimento prudente para uma vida decente. “Um discurso sobre as ciências” revisitado*, Porto, Edições Afrontamento, 2003; Gianni Vattimo, *O fim da modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987; Ellen Meiksins Wood, *Democracy against capitalism. Renewing historical materialism*, Cambridge, CUP, 1996.

Paradigmas epistemológicos

Concordamos com aqueles que defendem que a estruturação da Contemporaneidade a partir das sociedades de Antigo Regime – antes de mais em territórios do que hoje são a Itália, a Holanda e a Bélgica, o Reino Unido e a França, a Alemanha e a Áustria – integrou a progressiva afirmação, no âmbito da cultura erudita, da hegemonia do Paradigma Moderno. Herdeiros de contributos anteriores (oriundos, entre outros, dos universos culturais greco-latino, muçulmano e chinês, bem como do período do Renascimento), nos séculos XVII e XVIII os fundadores do Paradigma Moderno redefiniram tanto o modo de entender o conhecimento como a forma de perspetivar a respetiva aplicação social.

Segundo os pressupostos do Paradigma Moderno, as ciências e as tecnologias gerariam conhecimento definitivamente objetivo e eficaz porque ideologicamente neutro e correspondente à realidade. Ocupariam, assim, a posição cimeira entre todos os tipos de conhecimento, com destaque para as ciências exatas, depois para as ciências da natureza e, em último lugar, para as ciências sociais ou para as humanidades. Se aplicado, através da tecnologia, à gestão dos fenómenos naturais e à governação das relações sociais, o conhecimento científico permitiria resolver grande parte dos problemas que afetavam as comunidades humanas.

Tendo em conta o que seriam as características dos vários objetos de estudo – permanentes, com mudanças regulares, com alterações aleatórias –, utilizando diferentes metodologias, as ciências exatas, as ciências da natureza e as ciências sociais ou as humanidades elaborariam leis gerais (com base em modelos matemáticos), leis específicas ou explicações racionais da realidade. Mobilizando o conhecimento assim produzido, a tecnologia permitiria, pois, intervir operatoriamente – corrigindo ou antecipando – de acordo com a essência ou com as características estruturais da realidade.

Talvez seja possível agrupar em dois conjuntos as mais importantes sequelas teóricas e práticas da crescente presença dos fundamentos do Paradigma Moderno na vivência cultural erudita das sociedades ocidentais e ocidentalizadas a partir de meados do século XVIII. Assistiu-se, de modo avassalador, ao reforço, quer da confiança na capacidade de os seres humanos conhecerem efetivamente e intervirem com eficácia na realidade, quer da importância atribuída às questões de natureza deontológica, epistemológica e teórico-metodológica.

Verificou-se, no entanto, também, a afirmação de uma pretensa alteridade radical e da superioridade da ciência e da tecnologia perante as outras formas

de conhecimento, a confusão deliberada entre as características epistemológicas da ciência e da tecnologia, a desvalorização dos efeitos secundários negativos de muitas das aplicações tecnológicas aventadas e adotadas. Daí decorreu, por sua vez, a pretensão de legitimar as principais mundividências e sistemas ideológicos a partir do rigor e do prestígio da ciência (cientismo), bem como a inerente tendência – arrogante e intolerante, autoritária ou totalitária – para classificar como inferiores, incapazes ou criminosos todos aqueles que, passiva ou ativamente, recusassem aceitar a verdade e o bem (a eterna indiscutibilidade, a inevitabilidade e as vantagens) supostamente demonstrados e proclamados pelas ciências e pelas tecnologias.

Durante a primeira metade do século XX, as sociedades ocidentais e ocidentalizadas depararam-se com situações de disfunção sistémica e de questionamento – informal ou explícito – de alguns dos principais vetores do Paradigma Moderno. Lembramos, a este propósito, a Primeira Grande Guerra e os impasses do imediato pós-Guerra (antes de mais, o Tratado de Versalhes e a hiperinflação na Alemanha, o reforço do protecionismo e do unilateralismo, a recusa do reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência a muitos dos “territórios não autónomos”), a consolidação de regimes autoritários e/ou totalitários e a ocorrência de diversas situações de violência de massas, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial/o Holocausto.

Reagindo àquelas conjunturas e, ao mesmo tempo, limitados pelas mesmas, nas décadas de 1920 a 1940 diversos intelectuais – sobretudo ligados às humanidades, às ciências sociais e a tecnologias de base científica também delas derivadas – apresentaram propostas e concretizaram práticas que, somente a partir do início da década de 1990, resultaram na afirmação do Paradigma Neomoderno. Destacamos o idealismo crítico e o marxismo crítico, a nova historiografia e a antropologia estruturalista, a nova geografia e a nova sociologia, as correntes de pensamento económico keynesiana e estruturalista, o novo património cultural e a nova museologia.

Nos termos do Paradigma Neomoderno, por intermédio de um permanente esforço de objetivação, a ciência produziria conhecimento temporária e parcialmente o mais válido possível sobre a realidade. Não existiriam diferenças epistemológicas substanciais entre os vários sub-universos da ciência nem relações hierárquicas entre os diversos tipos de conhecimento. A monitorização e a mobilização operatória das mundividências e das ideologias que inevitavelmente enquadram os investigadores, o sincretismo teórico-metodológico e a transdisciplinaridade, o contínuo debate entre pares e com a comunidade envolvente seriam algumas das cautelas metodológicas nucleares.

Ainda de acordo com os defensores do Paradigma Neomoderno, se a ciência tem, em termos abstratos, como único propósito a produção e a divulgação de conhecimento, tão objetivante quanto possível, sobre a realidade, a tecnologia de base científica apresentaria características e propósitos muito diferentes. Visando conceber modalidades – genéricas e específicas – de transformação da realidade, a tecnologia de base científica e as correspondentes aplicações tecnológicas dependeriam, em primeiro lugar, de prévias escolhas ideológicas (cívicas ou organizacionais) acerca do sentido e da intensidade, dos custos e dos benefícios – absolutos e relativos – das mudanças a introduzir.

O papel da ciência no que à tecnologia de base científica diz respeito seria, assim, complementar e instrumental, visto que o conhecimento sobre a realidade não poderia impor nem a necessidade nem o sentido e a intensidade de qualquer alteração da mesma. Permitiria a ciência compreender melhor a realidade na qual se vai intervir, antever o grau de sucesso que poderão vir a ter cada uma das várias estratégias de atuação utilizáveis, acautelar potenciais efeitos secundários encarados como negativos. Daqui resultariam, igualmente, as virtualidades da regulação deontológica das atividades profissionais que produzem tecnologia de base científica e/ou que configuram e operacionalizam aplicações tecnológicas.

Quanto ao Paradigma Pós-Moderno, emergiu, nas décadas de 1960 e 1970, num contexto de Guerra Fria e de dissuasão nuclear; de relativa estabilização e, ao mesmo tempo, de contestação mais ou menos parcelar a alguns dos vetores presentes no Bloco Ocidental e no Bloco Soviético; de reprodução de situações de subdesenvolvimento e de dependência apesar da amplitude da vaga de independências que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial. Tanto para as elites dominantes e/ou para os sectores sociais maioritários como para parte substancial dos segmentos contestatários – à extrema-esquerda ou à extrema-direita –, denunciar a realidade social global implicava quer criticar radicalmente a subjacente hegemonia do Paradigma Moderno quer ignorar, ao mesmo tempo, os contributos reformistas do Paradigma Neomoderno.

À luz das concepções assumidas pelos fundadores do Paradigma Pós-Moderno, exceção feita a alguns segmentos da realidade natural e social reconstituíveis e analisáveis, de modo neo-empirista, a partir de modelos matemáticos (patamar de estruturação da física e da química, da biologia e da geologia, da psicologia e da economia enquanto áreas de conhecimento científico), a humanidade só poderia gerar conhecimento racionalizado a propósito da realidade sob a influência de sistemas ideológicos. A escolha seria, assim, entre propostas de caracterização/valoração e de intervenção na/

governança da realidade mais ou menos justas e sustentáveis – ou, talvez, entre uma leitura justa/sustentável e narrativas injustas/insustentáveis.

Partindo do princípio de que a realidade tem sido essencialmente injusta e autodestrutiva, consideram os defensores do Paradigma Pós-Moderno que o conhecimento deveria ser “crítico” e fundamentador de uma “intervenção transformadora” (tradicionalista, conservadora e/ou modernizadora). A prioridade absoluta atribuída quer à denúncia das insuficiências do passado e do presente quer à demonstração das potencialidades regeneradoras da alternativa explicitada implicaria, por um lado, o desinvestimento em quaisquer outros debates de natureza deontológica e epistemológica, teórica e metodológica; por outro lado, a negação da autonomia das humanidades e da ciência, das artes e da tecnologia de base científica relativamente ao senso comum e às ideologias.

Tanto o hipersubjetivismo e o neo-empirismo proclamados no âmbito do Paradigma Pós-Moderno como a suposta superioridade da intervenção na realidade por comparação com o conhecimento dessa mesma realidade legitimariam a sobrevalorização ou a desconsideração instrumentais de determinadas vertentes da realidade. Legitimariam, ainda, a prevalência do comunitário e/ou do coletivo relativamente ao individual, a atribuição apriorística de uma intencionalidade maligna aos atores sociais tidos por privilegiados, a proclamação não fundamentada da existência de semelhanças e de solidariedades entre todos os atores ou agentes sociais injustiçados ou discriminados, a anexação de aceções valorativas a categorias teóricas já existentes e a elevação de metáforas adjetivantes ao estatuto de conceitos, a preferência por lógicas argumentativas de cariz moralizante e redutor (ou, mesmo, maniqueísta).

Devido ao cruzamento contraditório entre tentações de caracterização estrutural apriorística, autolimitações neo-empiristas e ambições de mobilização social por intermédio de promessas de regeneração imediata e absoluta, muitos estudos e inúmeras iniciativas de divulgação – bem como de ensino, de patrimonialização, de informação, de comunicação, etc. – influenciados pelo Paradigma Pós-Moderno essencializam as etapas fundadoras dos processos em apreço e desvalorizam a respetiva evolução posterior (ou seja, o papel dos sucessivos atores sociais e as mudanças parcelares entretanto adotadas). A desilusão decorrente de um tal determinismo – da pretensamente quase eterna e dolosa reprodução de características negativas para a maioria – viabilizaria o apoio generalizado a lideranças carismáticas e taumatúrgicas, a adesão a projetos de transformação supostamente radical.

Realidade socioeconómica, ciências sociais e tecnologias também delas derivadas, discursos político-ideológicos até 1991

Difusamente a partir do século XVII, de forma mais explícita entre o início do século XIX e o final da Primeira Grande Guerra (1914-1918), a começar pelos Estados ocidentais e ocidentalizados, as sociedades humanas foram palco de mudanças que acarretaram a elevação do ritmo de aumento da produção de riqueza, a ampliação das oportunidades e dos riscos de ascensão ou de degradação social, a ampliação da escala das desigualdades socioeconómicas e socioculturais entre indivíduos e entre regiões ou países. O principal fator de aceleração terá resultado da perda de influência do modo de produção feudal (na configuração da Época Moderna)³ e da lenta afirmação/da paulatina densificação do modo de produção capitalista.

Enquanto economia de mercado ou, acessoriamente, como economia de produção para o mercado (já existente em etapas anteriores, muitas vezes também integrante de mão de obra servil, escrava e forçada), assistiu-se, em simultâneo, por um lado, à dignificação do esforço individual e do trabalho, ao crescimento das classes médias urbanas e rurais; por outro lado, à depreciação do valor da qualificação manual, em parte substituída pelas máquinas. Quer a migração e a imigração massivas para as zonas urbanas quer as dramáticas sequelas sociais das frequentes crises económicas inerentes a um capitalismo de concorrência reforçaram a pressão no sentido da proletarianização de parcelas – maiores ou menores – da mão de obra dos sectores secundário, terciário e primário.

Mesmo em países que adotaram Regimes Liberais Conservadores⁴, a desarticulação do Antigo Regime foi acompanhada pela estruturação de soluções

³ Cfr., nomeadamente, Michel Beaud, *História do capitalismo* (trad. do francês), Lisboa, Editorial Teorema, 1992; Witold Kula, *Teoria económica do sistema feudal*, Lisboa, Editorial Presença, 1979.

⁴ Em alternativa às Monarquias Absolutas de Direito Divino e de Carácter Corporativo e aos Despotismos Esclarecidos, às Monarquias Autocráticas e às Ditaduras Autoritárias ou Totalitárias; depois substituídos por Regimes Demoliberais e por Regimes Democráticos — cfr., entre outros, Serge Bernstein, *Démocraties, régimes autoritaires et totalitarismes au XX siècle*, Paris, Librairie Hachette, 1992; António Manuel Hespanha, “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas”, *Análise Social*, 165 (2003), p. 1285-1302; António Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível. Direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*, Coimbra, Livraria Almedina, 2004; João Paulo Avelãs Nunes, “Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX” in Gilvan Veiga Dockhorn e outros (coord.), *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*, Santa Maria e Coimbra, Editora UFSM e IUC, 2020, p. 49-73; René Rémond, *Introdução à história do nosso tempo*, Lisboa, Gradiva, 1994.

políticas e institucionais, legislação e práticas administrativas que igualizaram e libertaram os indivíduos mas que, ao mesmo tempo, retiraram à grande maioria dos seres humanos efetiva capacidade de intervenção formal para atenuar ou eliminar desigualdades e discriminações. Destacamos, entre outros, fenómenos como o aumento do número de territórios não autónomos (colónias e protetorados, com a imposição dos estatutos jurídicos segregados de colono ou civilizado, assimilado e indígena), a diferenciação entre cidadania ativa e cidadania passiva (discriminando seres humanos por critérios de sexo e etnia, nível de rendimento e alfabetização, religião e nacionalidade), a proibição ou a repressão do associativismo sócio-laboral dos assalariados bem como de outras formas de associativismo de indivíduos oriundos de grupos de discriminados.

Realçamos, ainda, na qualidade de promotores da igualdade e, ao mesmo tempo, de multiplicadores dos níveis de desigualdade e de discriminação, o cultivar de mundividências e de correntes ideológicas de cariz cientista, as quais, citando dados empíricos que correspondiam a uma parcela descontextualizada da realidade e remetendo para os pressupostos do Paradigma Moderno, procuravam sugerir que as respetivas propostas de valoração e/ou de intervenção eram científicas, ou seja, indiscutíveis, inevitáveis e benéficas. Vejam-se os exemplos do individualismo meritocrático e do imaginário do *self made man*, dos organicismos e dos darwinismos sociais, dos unilateralismos nacionalistas e imperialistas, da suposta diferenciação essencial e superioridade da cultura erudita e das civilizações face às culturas populares (as quais seriam exclusivamente constituídas por culturas materiais e por superstições).

Por sua vez, diversas etapas de transformação social global acarretaram o aumento da eficácia e da capacidade de apropriação de riqueza/de dominação de antigos e de novos centros perante antigas e a novas semiperiferias e periferias⁵. Evocamos, a este propósito, a Revolução Agrícola e a Revolução Comercial/Financeira, a Revolução Liberal e/ou a modernização dos aparelhos de Estado, a Revolução Científica/Tecnológica e a Revolução Industrial. Chamamos a atenção para o facto de o referido fenómeno de incremento da escala das desigualdades entre regiões ou países ter coincidido com a intensificação do ritmo de alteração das posições relativas entre os mesmos no âmbito da Economia-Mundo Capitalista e do sistema de relações internacionais liderado pela Inglaterra/Grã-Bretanha⁶.

⁵ Cfr., nomeadamente, Immanuel Wallerstein, *The modern world system*, 3 volumes, Nova Iorque, Academic Press, 1974-1989.

⁶ Face tanto à independência da generalidade dos territórios não autónomos do Continente Americano como às “corridas à Ásia e à África”, a Inglaterra/Grã-Bretanha, a França, a Holanda e a Bélgica puderam consolidar os respetivos estatutos de centros; os EUA, a Alemanha e o Japão

Emersos numa conjuntura de transformação das sociedades de Antigo Regime em sociedades Contemporâneas e de consolidação da hegemonia da Economia-Mundo Capitalista, empenhados num esforço de reconstituição e análise desse objeto de estudo coevo, muitos especialistas em humanidades, ciências sociais e/ou em tecnologias também delas derivadas assumiram, ainda, posições diferentes sobre o modo como essa evolução deveria ser caracterizada e valorada, intervencionada e governada. Recordamos que as referidas áreas de saber viveram, nos séculos XVIII e XIX, momentos de fundação – normalmente por autonomização a partir da filosofia e/ou da teologia – ou, pelo menos, de redefinição profunda (em termos epistemológicos, teóricos e de enquadramento social), contribuindo para a afirmação da hegemonia do Paradigma Moderno.

Tendo em conta a respetiva centralidade e representatividade no âmbito do debate científico, ideológico e tecnológico sobre a relação entre o modo de produção capitalista na sua primeira etapa de evolução (capitalismo de concorrência) e o aumento das desigualdades – sociais, entre regiões e entre países –, referimos, antes de mais, o contributo dado por economistas (ou estudiosos dos fenómenos económico-sociais). Consideramos que, mau grado as substanciais diferenças verificáveis no que concerne à avaliação político-ideológica dos resultados da afirmação do modo de produção capitalista, até ao pós-Primeira Grande Guerra existiu um consenso alargado, facilitado pela partilha dos pressupostos epistemológicos do Paradigma Moderno, quanto às características desse mesmo modo de produção⁷.

Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e muitos outros economistas liberais clássicos, defenderam que o modo de produção capitalista corresponderia à natureza humana e asseguraria quer mais liberdade aos indivíduos, quer maior produção de riqueza. Pressupuseram, ainda, que, estruturalmente, o capitalismo seria sinónimo de capitalismo de concorrência entre pequenas e médias empresas. Dependeria o mesmo de igualdade

ascenderam à posição de centros; o Império Chinês e o Império Austro-Húngaro, o Império Russo e o Império Otomano, Espanha e Portugal regrediram para os patamares de periferias ou de semi-periferias mais ou menos próximas do sub-desenvolvimento — cfr., entre outros, Victor Bulmer-Thomas, *The economic history of Latin America since independence*, Cambridge, CUP, 1994; Boris Fausto e Fernando J. Devoto, *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*, São Paulo, Editora 34, 2005; Andrew Gordon, *A modern history of Japan from Tokugawa times to the present*, Oxford, OUP, 2003; Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História económica de Portugal (1700-2000)*, 3 volumes, Lisboa, ICS, 2005.

⁷ Cfr., nomeadamente, John Kenneth Galbraith, *Viagem através da economia do nosso século*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995; António José Avelãs Nunes, *Uma volta ao mundo das ideias económicas*, Coimbra, Edições Almedina, 2008.

jurídica por parte dos indivíduos e de liberdade de iniciativa económica; de competição entre indivíduos, empresas e países num mercado minimamente regulado pelos Estados. Invocando uma suposta inferioridade racial até das elites intermédias assimiladas, assumiram que nos territórios não autónomos se manteria uma acrescida intervenção político-administrativa por parte das “potências civilizadoras”.

Afirmaram, no entanto, também, que a generalização do modo de produção capitalista teria efeitos secundários menos positivos. A proletarianização e a pauperização de parte substancial da população resultariam das diferentes capacidades dos indivíduos e da maior oferta do que procura de mão de obra no mercado. A ampliação da diferença de nível de desenvolvimento entre países seria fruto das diferentes capacidades dos povos e do acesso a recursos naturais que viabilizassem atividade económica nos sectores secundário e terciário (geradores de maior valor acrescentado) ou no sector primário (gerador de menor valor acrescentado). As crises económicas sucessivas e a consequente concentração monopolista decorreriam do livre funcionamento do mercado.

Alexander Hamilton (1755-1804), Georg Friedrich List (1789-1846), Henry Clay (1777-1852) e muitos outros economistas nacionalistas partilhavam o essencial do ideário liberal clássico. Defendiam uma governação de economias capitalistas temporária e parcialmente mais protecionista e intervencionista porque eram oriundos de países que sofriam a maior eficácia das economias britânica e francesa, holandesa e belga. Tendo observado o crescendo de conflitualidade sócio-laboral e político-ideológica existente naquelas regiões de industrialização precoce, se viviam em países com monarquias autocráticas advogaram, ainda, uma intervenção enquadradora e repressiva do Estado, de cariz preventivo, na esfera social. August Comte (1789-1857) e outros estudiosos dos fenómenos socioeconómicos que adotaram uma perspetiva positivista explicitaram análises e apresentaram propostas semelhantes.

Léon Walras (1834-1910), William Stanley Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e muitos outros economistas liberais marginalistas (neoclássicos), partindo do pensamento liberal clássico, consideraram, no entanto, que o capitalismo de concorrência acabaria por resultar em maior produção de riqueza, em menor desigualdade social e em acrescida estabilidade económico-financeira. Bastaria, para o efeito, que os Estados interferissem cada vez menos na economia e nas relações sócio-laborais; que os indivíduos atuassem, cada vez mais, como *homo economicus* (enquanto competidores racionais). De forma a contribuir para a utilização mais eficaz possível dos escassos recursos disponíveis, a ciência económica deveria deixar de ser economia política e aprofundar o respetivo grau de formalização matemática.

Robert Owen (1771-1858), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Karl Marx (1818-1883) antecederam e representam simbolicamente, de algum modo, os três principais sub-universos de estudiosos dos fenómenos socioeconómicos que apoiaram a substituição do modo de produção capitalista por um modo de produção socialista (coletivista): cooperativistas, anarquistas e comunistas. Começando por adotar a caracterização do modo de produção capitalista aventada pelos economistas liberais clássicos, defenderam, respetivamente, a crescente adesão das vítimas das desigualdades em causa à paulatinamente mais significativa alternativa cooperativista; a participação dessas vítimas em atos revolucionários fundadores de uma nova sociedade (também cooperativista); o envolvimento desses proletários em iniciativas revolucionárias que, sob a liderança de partidos políticos de vanguarda e através de regimes de Ditadura do Proletariado, antecipariam as supostamente inevitáveis desagregação do modo de produção capitalista e implantação do modo de produção socialista.

Entre o fim da Primeira Grande Guerra e os meados da década de 1930, John Maynard Keynes (1883-1946), William Henry Beveridge (1879-1963) e outros economistas liberais clássicos criaram o keynesianismo. Face às mudanças parciais ocorridas nas economias mais desenvolvidas desde o último quartel do século XIX, perante os fenómenos da guerra económica e da economia de guerra, tendo em conta as sequelas do Tratado de Versalhes (1919) e da Crise de 1929, tratou-se de uma proposta global de reinterpretação do modo de produção capitalista, do corelacionamento entre o mesmo e a problemática das desigualdades, da governação da economia-mundo capitalista. Foi, ainda, uma das primeiras iniciativas de estruturação e de aplicação dos pressupostos do Paradigma Neomoderno.

O modo de produção capitalista seria, ao mesmo tempo, sinónimo de capitalismo de concorrência, com pequenas e médias empresas mão de obra intensivas; de capitalismo monopolista, com grandes empresas capital intensivas. Para o segundo sub-universo, o reforço das condições laborais e de vida da força de trabalho acarretaria melhores resultados empresariais e maior estabilidade macroeconómica. Em ambos os casos, uma regulação pública multivetorial e ajustável a cada conjuntura, de âmbito nacional e global – o Estado-Providência –, teria efeitos positivos, para os indivíduos e para as empresas, em termos de promoção da iniciativa e da autonomia individuais, de combate à pobreza e à desigualdade, de atenuação dos constrangimentos de natureza sociocultural e/ou socioeconómica, de fomento do crescimento económico e do desenvolvimento, de redução substancial da regularidade e da intensidade das crises (económico-sociais e, depois, ideológico-políticas e diplomático-militares).

Mau grado algumas tentativas embrionárias ou pontuais de adoção desta nova forma de compreender e de intervir na economia-mundo capitalista⁸, até ao alastramento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) continuaram a ser predominantes, a nível mundial, o liberalismo clássico/o nacionalismo económico associado a regimes demoliberais; o corporativismo de Estado derivado de ditaduras de tipo fascista (autoritárias e/ou totalitárias); o marxismo ortodoxo – ou estalinismo –, decorrente da experiência soviética. Uma vez mais, no entanto, a brutalidade do conflito militar generalizado e os desafios da guerra económica/da economia de guerra criaram condições para a introdução e a consolidação de novas hipóteses de análise e de novas soluções.

No seguimento da aprovação do Plano Beveridge no Reino Unido (1942/1943) – influenciando diretamente o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia –, a Administração e o Congresso dos EUA tomaram um conjunto de iniciativas que acabaram por redundar na escolha do keynesianismo e do Estado-Providência como corrente de pensamento económico-social e como modelo de governação hegemónicos na generalidade dos países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio no período da Guerra Fria (1947-1991)⁹. Fará sentido, a este propósito, destacar a 26ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (Filadélfia) e a Conferência de Bretton Woods (ambas em 1944), a Conferência de São Francisco e a Criação da Organização das Nações Unidas a partir da experiência da Sociedade das Nações (1945), o Plano Marshall/a Organização Europeia de Cooperação Económica (1948-1951), o Tratado de Segurança Mútua EUA-Japão (1951), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (1947) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (1960).

⁸ Sobre estas experiências, parcelares e/ou temporárias em países de maior dimensão – os EUA do *New Deal*, a Alemanha da Constituição de Weimar, a França da Frente Popular –, mais globais em países de menor dimensão (Suíça, Suécia, Dinamarca), organizacionais como as protagonizadas pelo industrial norte-americano Henri Ford (1863-1947) e pela associação empresarial do Norte de Itália Confindustria (1910-...), cfr., entre outros, Franklin Hugh Adler, *Italian industrialists from liberalism to fascism. The political development of the industrial bourgeoisie (1906-1934)*, Cambridge, CUP, 1995; Colin Gordon, *New Deals business, labor and politics in America (1920-1935)*, Cambridge, CUP, 1994; William E. Leuchtenburg, *Franklin D. Roosevelt and the New Deal (1932-1940)*, Nova Iorque, Harper Torchbooks, 1963; João Paulo Avelãs Nunes, “Valorização e desvalorização social do trabalho na época contemporânea”, *Dirigir & Formar*, 23 (2019), p. 15-18.

⁹ No que diz respeito à realidade portuguesa entre 1926 e 1974, cfr., nomeadamente, António Rafael Amaro, “The late construction of Portugal Welfare State: the failure of the Social Corporatist State (1933-1974)”, *Memoria y Civilización*, 21 (2018), p. 1-18.

Quanto aos vetores nucleares dos Estados-Providência, decorrentes de investimento público, bem como de envolvimento do sector privado e da sociedade civil, citamos o fundador pilar das políticas sociais, com destaque para as políticas de rendimentos/preços e de pleno emprego no âmbito da concertação social tripartida, para a segurança social e para o sistema de saúde. Lembramos, ainda, os pilares das infraestruturas (antes de mais, a investigação/a divulgação e o ensino/a formação, a energia e os transportes, as comunicações e a habitação, a cultura e o desporto); da intervenção direta na economia – com destaque para a criação de empresas públicas ou mistas, para a atribuição de apoios e de consultoria a empresas privadas e a associações empresariais –; da política externa (promovendo uma globalização negociada, em organizações internacionais multilaterais, em processos de integração subcontinental e fomentando o desenvolvimento de países periféricos)¹⁰.

Raúl Prebische (1901-1986), Celso Furtado (1920-2004), Gunnar Myrdal (1898-1987) e outros economistas liberais clássicos de formação keynesiana, preocupados com a dificuldade em assegurar, dentro da economia-mundo capitalista, o desenvolvimento de sociedades subdesenvolvidas, fundaram, na década de 1950, a teoria económica estruturalista. Assumiram, também, os pressupostos do Paradigma Neomoderno. O referido bloqueio verificou-se quer em Estados autónomos pelo menos desde o início do século XIX quer em países chegados à independência depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Significativamente, durante o período da Guerra Fria, mau grado a institucionalização da Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (1948) e o nascimento do Movimento dos Países Não Alinhados (1955), as políticas económicas e sociais de matriz estruturalista quase não foram aplicadas.

Tanto ou mais do que a lógica confrontacional por parte dos dois Blocos político-ideológicos e militares da Guerra Fria ou os condicionalismos estruturais que contribuíam para a reprodução das desigualdades entre países, o grau de exigência das estratégias de transformação de Estados subdesenvolvidos

¹⁰ Cfr., entre outros, Rafael Aracil e outros, *El Mundo actual. De la Segunda Guerra Mundial a nuestros días*, Barcelona, Ediciones Universitat de Barcelona, 1998; Jean-Paul Chagnollaud, *Relations internationales contemporaines*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1999; Luís Pedro Cunha, *O sistema comercial multilateral e os espaços de integração regional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008; John Lewis Gaddis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2007; Tony Judt, *Pós-guerra. História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 2007; Ana Bela Nunes, “O modo de organização e funcionamento das economias nacionais no século XX”, *Estudos de Economia*, 3 (1997), p. 253-278; João Paulo Avelãs Nunes, “Da “Crise de 1929” à “Crise de 2008”. Reflexão historiográfica em torno do conceito de “Estado Providência””, *Estudos do Século XX*, 13 (2013), p. 243-255; Nuno Valério e Ana Bela Nunes, *O crescimento económico moderno*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

em Estados de desenvolvimento intermédio ou em Estados desenvolvidos ajudaria a explicar a escassa adoção das propostas de intervenção estruturalistas. Enquanto ilustrações desta problemática no âmbito de uma economia-mundo capitalista onde se verificava o predomínio da teoria económica keynesiana, referimos, por um lado, a contestação e a falta de apoio de que foi alvo Celso Furtado enquanto Ministro do Planeamento do Brasil (na Administração João Goulart, entre 28 de Setembro de 1962 e o Golpe de Estado de 31 de Março de 1964)¹¹; por outro, em sentido inverso, os exemplos de desenvolvimento tardio da Coreia do Sul e de Taiwan (iniciativas desencadeadas apenas na década de 1970).

Estados-Nação, processos de integração subcontinental, organizações internacionais e desigualdades socioeconómicas no pós-Guerra Fria

Em resultado do colapso do Bloco Soviético e da própria União Soviética entre 1989 e 1991, o ano de 1991 passou a ser referenciado como o momento de encerramento do período da Guerra Fria. Estar-se-ia, supostamente, perante a substituição de um sistema de relações internacionais bipolar (simultaneamente multilateral e unilateral) por um outro de cariz unipolar e multilateral liderado pelos EUA. Face ao relativo sucesso da Organização Europeia de Cooperação Económica (1948), da Comunidade Económica Europeia (1957), da Associação Europeia de Comércio Livre (1960) e da União Europeia (1993), assistir-se-ia à multiplicação das experiências de integração subcontinental de pendor multilateral. Com o apoio dos regimes democráticos vencedores, as ditaduras – de esquerda e de direita – ainda existentes dariam lugar a novas democracias. A economia-mundo capitalista tenderia a absorver toda a economia mundial.

Num mundo assim reestruturado – a partir de um sistema de relações internacionais unipolar mas baseado tanto em organizações internacionais como em processos de integração subcontinental multilaterais, em Estados-Nação(ões) democráticos e em economias capitalistas cada vez mais desenvolvidas

¹¹ Cfr., nomeadamente, José Luís Cardoso, “Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento”, *Análise Social*, 214 (2015), p. 26-42; Francisco Luiz Corsi, *Estado Novo: política externa e projecto nacional*, São Paulo, Editora UNESP, 2000; Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes, *A democracia reduz a desigualdade económica?*, São Bernardo do Campo, Editora UFABC, 2017; Celso Furtado, *Teoria e política do desenvolvimento económico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1971; Luis Carlos dos Passos Martins, *A grande imprensa “liberal” carioca e a política económica do Segundo Governo Vargas (1951-1954). Conflito entre projetos de desenvolvimento*, Porto Alegre, EdPUCRS, 2016.

–, a escala das desigualdades e a quantidade/a intensidade das formas de discriminação reduzir-se-iam drasticamente. Tornou-se, no entanto, patente que vivemos, afinal, uma evolução muito diferente. Pelo menos desde 2008, cidadãos com intervenção política e jornalistas, investigadores em humanidades e em ciências sociais caracterizam o atual tempo presente como sendo de reforço das ditaduras e de aumento das violações dos direitos humanos; de crise da democracia e do multilateralismo; de crise económico-social e de crise do corelacionamento entre tecnologias digitais, empregabilidade e liberdade; de crise ambiental e de recursos naturais não renováveis¹².

Advogamos, assim, que é operatório investir mais na reconstituição e na análise deste enorme desvio. Deste enorme afastamento quer relativamente a horizontes de futuro próximo sobretudo ideológicos quer perante cenários extrapoláveis, a partir de esforço científico de objetivação, tendo em conta como decorreu a evolução do Bloco Ocidental, liderado pelos EUA, durante as décadas de 1940 a 1980. Pensamos, sobretudo, na evolução dos países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio, uma vez que a realidade nos Estados capitalistas subdesenvolvidos terá sido substancialmente diferente. Consideramos que devemos começar por observar os modos de governação do sistema de relações internacionais, as políticas económicas e sociais adotadas e as narrativas – ideológicas, científicas e tecnológicas – sobre os mesmos.

Chamamos a atenção para o facto de quase todas as organizações internacionais existentes depois de 1991 terem sido constituídas ou reconfiguradas durante a Guerra Fria. Salientamos, ainda, que, na generalidade dos países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio, antes e depois de 1991, existem regimes democráticos ou demoliberais abertos, ou seja, amplas possibilidades de debate e de participação política e sindical formal. Destacamos, finalmente, que, antes e depois de 1991, a maioria dos sistemas políticos em causa têm sido conduzidos pelos mesmos partidos de centro-esquerda, centro-direita e direita. Aparentemente, pois, não se teriam verificado

¹² Cfr., nomeadamente, Madeleine Albright, *Fascismo. Um alerta*, Lisboa, Clube do Autor, 2018; Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, Lisboa, Gradiva, 1999; Mikhail Gorbachov, *Que está em jogo? O futuro do Mundo global*, Lisboa, Edições 70, 2021; João Paulo de Almeida Magalhães, *O que fazer depois da crise? A contribuição do desenvolvimentismo keynesiano*, São Paulo, Editora Contexto, 2009; António Costa Pinto, *O regresso das ditaduras?*, Lisboa, FFMS, 2021; Amartya Sen, *Identidade e violência. A ilusão do destino*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007; Joseph E. Stiglitz, *The price of inequality*, Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 2012; Fareed Zakaria, *Dez lições para um Mundo pós-Pandemia*, Lisboa, Gradiva Publicações, 2021.

mudanças estruturais no modo como as referidas sociedades civis, sistemas políticos e aparelhos de Estado valoravam a realidade e nela intervieram.

Depois do fim da Guerra Fria, os EUA e as potências intermédias do ex-Bloco Ocidental optaram por não apoiar substancialmente a implantação e a consolidação de regimes democráticos e de economias capitalistas desenvolvidas ou de desenvolvimento intermédio na maioria dos Estados da ex-União Soviética, na República Popular da China, na Jugoslávia, etc. Repetiram, assim, de alguma forma, o unilateralismo e o egoísmo irracional que vigorou depois da Primeira Grande Guerra – com as implicações conhecidas – mas contrariaram o multilateralismo e o egoísmo racional que, em parte, marcaram o pós-Segunda Guerra Mundial. Muitos daqueles e de outros países continuaram ou voltaram, pois, formal ou informalmente, a ter regimes ditatoriais – autoritários e/ou totalitários – e a praticar violações de direitos humanos ou, mesmo, modalidades de violência de massas.

Após a consequente reconstituição de clivagens geoestratégicas insanáveis entre, por um lado, os EUA e, por outro, a Federação Russa e a República Popular da China – fenómeno ampliado pela permanência da dissuasão nuclear –, o Conselho de Segurança da ONU regressou, em grande parte, a uma situação de quase paralisia. Devido tanto a este retomar de uma lógica semelhante à da Guerra Fria como às posturas demasiadas vezes unilateralistas por parte dos EUA e das potências intermédias do ex-Bloco Ocidental (o Japão e a RFA/Alemanha, o Reino Unido e a França, o Canadá e a Austrália, etc.), a ONU no seu conjunto também tem desempenhado um papel escassamente proativo enquanto organização internacional multilateral de escala global e de âmbito totalizante.

Eventualmente de modo ainda mais difícil de compreender, a própria União Europeia (UE) – herdeira da responsabilidade pela eclosão das duas guerras mundiais do século XX; fruto de uma evolução operatória que passou pela Organização Europeia de Cooperação Económica, pela Comunidade Económica Europeia e pela Associação Europeia de Comércio Livre – não conseguiu até agora atingir um patamar de coesão interna que lhe permita desempenhar um outro papel a nível mundial. Recusou, igualmente, aceitar a integração da Turquia, assistiu à saída do Reino Unido¹³ e à implantação em países membros de Governos populistas e autoritários, vive sob a ameaça

¹³ Lembramos que a Inglaterra/Grã-Bretanha (Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte desde 1922) foi a maior potência mundial pelo menos nos séculos XVIII e XIX e que optou por estabelecer uma parceria estratégica com a França – até então a sua principal rival – logo depois da criação do Império Alemão (1871). Salientamos, ainda, que o Reino Unido influenciou decisivamente a evolução da Comunidade Económica Europeia e da União Europeia

plausível de vitórias eleitorais de partidos de extrema-direita em outros Estados membros. Entretanto, nenhum dos processos de integração subcontinental de cariz multilateral encetados, em outras zonas do Mundo, desde 1945, alcançou um nível de aprofundamento remotamente similar ao da União Europeia.

Uma outra transformação decisiva teve a ver com as políticas económicas e sociais dos países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio (EUA e Canadá, Costa Rica e Uruguai; países membros da UE e outros Estados europeus; Japão, Coreia do Sul e Taiwan; Austrália e Nova Zelândia). Generalizando concepções e medidas primeiro adotadas no Chile da ditadura militar (a partir de 1973), no Reino Unido da primeira-ministra Margaret Thatcher (a partir de 1979) e nos EUA da administração Ronald Reagan (a partir de 1981), desde o início do pós-Guerra Fria assistiu-se à substituição da hegemonia do keynesianismo e da globalização regulada (baseados nos Estados-Providência e no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) pelo predomínio do monetarismo e da globalização neoliberal (baseados na autonomia dos Bancos Centrais/das empresas multinacionais e na Organização Mundial do Comércio).

Friedrich Hayek (1899-1992), George Stigler (1911-1991), Milton Friedman (1912-2006) e muitos outros economistas liberais neoclássicos – defensores dos pressupostos do Paradigma Moderno – propuseram o monetarismo enquanto versão atualizada do marginalismo. Mantinham a confiança absoluta na eficácia da iniciativa privada e na capacidade de autorregulação dos mercados assentes na concorrência¹⁴. Atribuíam à intervenção dos Governos nas esferas económica e social quer a origem de grande parte das dificuldades sentidas nos países capitalistas nas décadas de 1970 e 1980 – antes de mais a estagflação e a redução da taxa de crescimento económico – quer mesmo ameaças à liberdade dos indivíduos. Passaram, no entanto, a considerar que a estabilidade das moedas nacionais deveria ser assegurada por entidades públicas (os Bancos Centrais) desde que os respetivos estatutos garantissem a sua autonomia face aos sistemas políticos¹⁵.

A mudança em causa dependeu, entretanto, da adesão à teoria económica e às políticas económico-sociais monetaristas por parte de inúmeros indivíduos,

pelo menos desde 1973; que, em 2016, quando a opção pelo *Brexit* se tornou maioritária, o Reino Unido era o segundo país mais poderoso da União Europeia (superado, apenas, pela Alemanha).

¹⁴ Acerca da dimensão neoliberal deste período, cfr., nomeadamente, João Rodrigues, *O Neoliberalismo não é um slogan*, Lisboa, Tinta da China, 2022.

¹⁵ Sobre uma perspetiva neoclássica relativamente heterodoxa quanto à evolução do capitalismo, cfr., entre outros, António Rafael Amaro, “Teoria económica e história empresarial: empresário e capitalista em Joseph Schumpeter” in Irene Maria Vaquinhas e outros (coord.), *História, empresas, arqueologia industrial e museologia*, Coimbra, IUC, 2021, p. 33-58.

organizações e instituições de ou lideradas por países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio. Elencamos, entre outros, investigadores e docentes universitários, jornalistas e cronistas, comentadores; dirigentes de partidos políticos e de sindicatos de centro-esquerda, centro-direita e direita; militantes de partidos políticos e de sindicatos de centro-esquerda, centro-direita e direita, bem como cidadãos eleitores em geral; dirigentes de associações patronais, empresários e gestores de empresas; entidades como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos, a Comunidade Económica Europeia/a União Europeia¹⁶.

Sobre as implicações da substituição do Consenso de Bretton Woods pelo Consenso de Washington, referimos, em primeiro lugar, aquelas que avaliamos como positivas. Destacamos o aumento da velocidade de generalização das novas tecnologias e de mais eficazes métodos organizativos surgidos desde o período da Guerra Fria; a ampliação e a intensificação do ritmo de crescimento económico – e, em alguns casos, do nível de desenvolvimento – em muitos países subdesenvolvidos, o que permitiu a centenas de milhões de seres humanos passar de uma situação de pobreza para a classe média baixa ou para a classe média; a utilização dos mercados como vetor informal de potenciação do esforço de integração na economia-mundo capitalista de ex-países comunistas subdesenvolvidos.

Enunciamos, finalmente, as consequências que valoramos como negativas da substituição do keynesianismo e da globalização regulada pelo monetarismo e pela globalização neoliberal. Salientamos, nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio, a deslocalização de parte substancial da atividade económica e o desmantelamento parcelar dos Estados-Providência, o agravamento das desigualdades socioeconómicas e do grau de precariedade sócio-laboral, a degradação de infraestruturas públicas fundamentais e o aumento do poder de grandes empresas multinacionais monopolistas ou oligopolistas, a escalada de radicalização ideológico-política e a desvalorização das organizações internacionais/dos processos de integração subcontinental

¹⁶ Cfr., nomeadamente, António Rafael Amaro, “As empresas como objecto da história: de locais de alienação a espaços de culto” in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela história*, Coimbra, IUC, 2010, p. 327-333; Vítor Bento, *Os Estados nacionais e a economia global*, Coimbra, Livraria Almedina, 2004; Jürgen Habermas, “Democracy in Europe”, *European Law Journal*, 4 (2015), p. 546-557; Alfonso Pinilla García (coord.), *Europa, una história con futuro. Evolución, instituciones y políticas de la Unión Europea*, Granada, Editorial Comares, 2020; António Martins da Silva, *História da unificação europeia. A integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, IUC, 2010.

multilaterais, a estratégia no essencial securitária – e muitas vezes violadora dos direitos humanos – de enquadramento dos fluxos de refugiados e de imigrantes¹⁷.

À escala global, lembramos o forte contributo para o reforço da capacidade de controlo interno e da influência externa de ditaduras (formais e informais, autoritárias e/ou totalitárias), antes de mais, dos regimes vigentes na República Popular da China e na Federação Russa, na Coreia do Norte e no Irão, na Arábia Saudita e na Venezuela; o ampliar das desigualdades entre países emergentes, sociedades subdesenvolvidas e Estados falhados. Referimos, igualmente, o avolumar e a não superação dos problemas que redundaram no eclodir da Crise de 2008, a maior disfunção económica e social global desde a Crise de 1929; o intensificar da degradação de muitos regimes democráticos, primeiramente nos EUA e no Brasil, na República da Índia e na Turquia, na Hungria e em Israel; a disseminação de abordagens e de posturas negacionistas, bem como o protelar de esforços sérios visando a superação da ameaça de destruição dos equilíbrios ambientais do planeta.

Perante estas mudanças significativas, de que modo se posicionam tanto investigadores em humanidades, ciências sociais e tecnologias de base científica também delas derivadas como a comunicação social, organizações das sociedades civis e instituições (nacionais e internacionais)? Identificaríamos quatro grandes grupos de leituras e narrativas, as quais reproduzem lógicas e posições relativas com semelhanças face às assumidas, com os resultados conhecidamente dramáticos, no período que decorreu entre o final da Primeira Grande Guerra e o início da Segunda Guerra Mundial.

Elencaríamos o subuniverso a), de apologia – explícita e/ou implícita, integral ou mitigada – dos pressupostos do monetarismo e da globalização neoliberal (perspetiva dominante, associado ao Paradigma Moderno); o subuniverso b), de caracterização do capitalismo como forma de organização social global intrínseca e permanentemente geradora de desigualdades e discriminações (perspetiva minoritária, associado ao Paradigma Pós-Moderno); o subuniverso c), de crítica radical à democracia, ao multilateralismo, à globalização e à multiculturalidade, supostamente impostos por elites degeneradas e que

¹⁷ Cfr., entre outros, Anne Applebaum, *Autocracia, Inc. Os ditadores que querem governar o Mundo* (trad. do inglês), Lisboa, Bertrand Editora, 2024; Noam Chomsky e Marv Waterstone, *Consequences of capitalism. Manufacturing discontent and resistance*, Chicago, Haymarket Books, 2021; Yuval Noah Harari, *Nexus. História breve das redes de informação da Idade da Pedra à inteligência artificial*, Lisboa, Elsinore, 2024; Branko Milanovic, *Capitalismo, apenas*, Coimbra, Conjuntura Actual Editora, 2022; Yascha Mounk, *O grande experimento. Por que as democracias diversificadas fracassam e como podem triunfar*, São Paulo, Companhia das Letras, 2024; Shoshana Zuboff, *The age of surveillance capitalism*, Londres, Profile Books, 2019.

estariam na origem de todas as dificuldades sentidas por cada comunidade nacional no pós-Guerra Fria (perspetiva emergente, associado ao Paradigma Pós-Moderno); o subuniverso d), de defesa das virtualidades da democracia e do multilateralismo, do keynesianismo, do estruturalismo e da globalização negociada enquanto as modalidades até ao momento mais eficazes, justas e sustentáveis de governação no âmbito da economia-mundo capitalista (perspetiva minoritária ou emergente, associado ao Paradigma Neomoderno).

Sumariamente, diríamos que a estratégia discursiva dos defensores das conceções liberais neoclássicas passa por apresentar o monetarismo como a única forma científica de estruturar o conhecimento sobre as atividades económicas; por retratar o keynesianismo como ideologia, ou seja, enquanto versão moderada das políticas económicas e sociais coletivistas, sendo o contexto e a iniciativa da respetiva adoção omitidos. A Crise de 2008 teria decorrido, apenas, de comportamentos ilegais de administradores de bancos e de posturas negligentes de governadores de bancos centrais; as múltiplas situações de hiper concentração monopolista e de intensa radicalização ideológico-política seriam fenómenos temporários e sem ligações significativas à evolução da economia.

No que concerne aos apologistas de uma perspetiva sobretudo moral das relações socioeconómicas, atribuiriam menor relevância ao estudo circunstanciado quer da evolução das efetivas experiências socioeconómicas coletivistas quer das diferenças entre os vários modos de gerir o capitalismo, o qual seria intrinsecamente gerador de inultrapassáveis injustiças (desigualdades e discriminações) entre pessoas e países. Para além do mais, o capitalismo acarretaria, também, pela lógica inerente da competição e do lucro, a crescente deterioração dos equilíbrios ambientais e a delapidação de recursos naturais escassos e não renováveis¹⁸.

Enquanto intelectuais orgânicos e dirigentes de partidos antes de centro-direita ou de direita, na qualidade de apoiantes e de líderes de forças políticas desde o início de extrema-direita, os proponentes de uma abordagem corporativista e nacionalista de governação do capitalismo tendem a descrever um indefinido passado supostamente glorioso, baseado no protecionismo e/ou na autarcia, no unilateralismo e em regimes autoritários ou demoliberais restritivos, no predomínio de uma determinada identidade étnico-religiosa. As

¹⁸ Cfr., nomeadamente, Anthony B. Atkinson, *Inequality: what can be done?*, Cambridge, HUP, 2015; Branko Milanovic, *Global inequality. A new approach for the age of globalization*, Cambridge, HUP, 2016; Thomas Piketty, *A economia das desigualdades*, Lisboa, Actual, 2014; Thomas Piketty, *Capital e ideologia*, Lisboa, Temas & Debates, 2020; Bonnie G. Smith, *Mulheres na história do Mundo (de 1450 ao presente)*, Lisboa, Temas e Debates, 2021.

disfunções atuais decorreriam, pois, supostamente, da captura da democracia por elites desnacionalizadas e por minorias, das implicações da concretização das falsas utopias globalistas e multilateralistas – as quais teriam aberto a porta à concorrência desleal e agressora de outros países –, da invasão por parte de migrantes, refugiados e imigrantes. Optam, assim, por ignorar o problema do envelhecimento e da redução da população (da população ativa e, mesmo, da população total) nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio.

Tendo perdido peso nos âmbitos tanto da investigação/divulgação e do ensino/formação como da comunicação social, órfãos de ligações estáveis às forças políticas de centro-esquerda, centro-direita e direita, os apoiantes de concepções liberais clássicas de cariz keynesiano e estruturalista estarão, pelo menos desde 2008, a retomar posições nesses mesmos âmbitos. Afirmam a necessidade de comparar a realidade atual com períodos anteriores e de não omitir os antecedentes imediatos dos fenómenos presentes. Defendem as virtualidades da democracia e do multilateralismo, de uma governação negociada e reguladora do capitalismo – nas escalas local/regional, nacional, subcontinental e global – como forma potencialmente operatória de introduzir modernização e de produzir mais riqueza, de reduzir desigualdades e de combater modalidades de discriminação, de atenuar ou reverter a crise ambiental e de evitar o esgotamento de recursos naturais não renováveis.

Conclusão

Neste trabalho, procurámos analisar (reconstituir, contextualizar e comparar, partindo de determinados pressupostos deontológicos, epistemológicos e teóricos), de modo sintético, o facto de muita da recente e atual produção em humanidades, ciências sociais e tecnologias de base científica também delas derivadas – bem como uma parcela significativa do discurso político entretanto gerado – caracterizarem o capitalismo de forma redutora e maniqueísta. Essas leituras desvalorizam a importância da compreensão aprofundada da sua dimensão histórica, das suas diferentes etapas e modos de governação. O capitalismo, na sua evolução e tendo em conta a sua capacidade de inovação, foi encontrando, nos últimos dois séculos, diferentes respostas económico-sociais e políticas, procurando sempre assegurar a sua legitimação social. Pensamos que só com análises epistemológica, teórica e metodologicamente condizentes com a complexidade interdisciplinar desta problemática será possível evitar visões simplistas e sobretudo valorativas (associadas tanto ao Paradigma Moderno como ao Paradigma Pós-Moderno).

Defendemos, ainda, a relevância de diferenciar senso comum/ideologia, ciência e tecnologia de base científica enquanto conceitos (tipos ideais na aceção de Max Weber) nucleares num esforço de construção de conhecimento objetivante acerca da realidade e de estruturação de intervenções tão eficazes e/ou tão justas quanto possível na realidade presente. Para esse efeito, tornar-se-ia necessário adotar as cautelas deontológicas, epistemológicas, teóricas e metodológicas mais operatórias em cada momento, não abandonar – o que, para além do mais, seria impossível – os compostos ideológicos que cada ser humano vai fundando e refundando consciente e/ou inconscientemente (operacionalização dos pressupostos do Paradigma Neomoderno).

Propusemos que o keynesianismo, o estruturalismo e a globalização negociada foram e são tanto formas científicas (ou seja, objetivantes) de conhecer a economia-mundo capitalista como pontos de partida para a elaboração de soluções tecnológicas mais eficazes e justas de governação do modo de produção capitalista. Esta avaliação e valoração decorre da observação do sucedido em outras etapas da história contemporânea (em primeiro lugar, nas décadas de 1920-1930 e no período da Guerra Fria); da comparação com as alternativas disponibilizadas pelo monetarismo e pela globalização neoliberal, pelo corporativismo nacionalista – protecionista e/ou autárquico – e pelo coletivismo nacionalista (protecionista e/ou autárquico).

Citando Hannah Arendt, diríamos, a concluir, que se

a função do domínio público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparências onde eles podem mostrar, em palavras e actos, para o melhor e o pior, quem são e o que sabem fazer, então as trevas chegam quando esta luz é apagada pelas “faltas de credibilidade” e pelo “governo invisível”, pelo discurso que não revela aquilo que é, preferindo escondê-lo debaixo do tapete, pelas exortações, morais ou outras, que a pretexto de defender velhas verdades degradam toda a verdade, convertendo-a numa trivialidade sem sentido¹⁹.

¹⁹ Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2021, p. 10.